



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682217 - MG (2021/0231532-6)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : RAFAEL MIRANDA MARQUES DA SILVA
ADVOGADO : RAFAEL MIRANDA MARQUES DA SILVA - MG177043
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ELTON DOS SANTOS CARNEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELTON DOS SANTOS CARNEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.114411-8/000).

O paciente está preso preventivamente pela suposta prática do delito de tráfico de drogas.

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que o constrangimento ilegal decorre da violação do princípio constitucional da presunção de inocência, e que as circunstâncias judiciais contemporâneas são favoráveis ao paciente, motivo pelo qual a sua liberdade não possui o condão de ofender a ordem pública, tampouco prejudicar a instrução criminal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva, ainda que com imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva encontra-se fundada, em princípio, na garantia da ordem pública, bem como na quantidade de droga apreendida, que denota a gravidade concreta da conduta delituosa.

É o que se denota do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ fl. 45):

Pelo que se extrai da representação formulada pela autoridade policial (ord. 9) e pela decisão que decretou a prisão preventiva do paciente (ord. 10), assim como a que indeferiu a sua liberdade provisória, afere-se que elementos concretos foram lançados pelo d. Magistrado, ressaltando todos os requisitos necessários para a constrição do direito do paciente de ir e vir.

Sobre o caso, foram encontrados com o paciente 39 pedras de crack, 3 aparelhos celulares e diversas embalagens plásticas vazias comumente usadas

para dolo de drogas (auto de apreensão à fl. 22).

A despeito do inconformismo defensivo, tem-se que a prisão preventiva do paciente se revela, ao menos por ora, medida necessária para acautelar a ordem pública. Ao que se vê dos autos, restou apreendida quantidade significativa de droga em poder do paciente. Ainda, verifica-se que se trata de réu com condenação pretérita, ainda em cumprimento de pena e possuidor de outros registros criminais em sua CAC (fl. 31/34).

Na espécie, após pontuar a presença de indícios suficientes de autoria, ressaltou a autoridade judicial a imprescindibilidade da custódia para resguardar o meio social, diante da gravidade do delito evidenciada pelas circunstâncias da prisão e do risco de reiteração criminosa, para garantir a aplicação efetiva da lei penal e por conveniência da instrução.

Desse modo, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência